

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 525.134 - CE (2019/0228544-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : OSEAS DE SOUSA RODRIGUES FILHO
ADVOGADO : OSEAS DE SOUZA RODRIGUES FILHO - CE021600
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : DIEGO RIBEIRO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. PROLAÇÃO DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA EM FAVOR DO PACIENTE. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DIEGO RIBEIRO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará proferido no HC n.º 0624164-74.2019.8.06.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito, em 17/04/2019, com posterior conversão em preventiva (fls. 63-66), pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pois, junto com outro agente, foi surpreendido com 297 g (duzentos e noventa e sete gramas) de cocaína, uma balança de precisão, um celular e o valor de R\$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais).

Inconformada com a segregação cautelar do Paciente, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 164-177).

No presente *writ*, o Impetrante alega, inicialmente, que tanto o decreto prisional quanto o acórdão que denegou a ordem no *writ* de origem são desprovidos de fundamentação idônea, pois lastreados na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas e no fato de ser equiparado a crime hediondo.

Salienta que não foram demonstrados os requisitos dispostos no art. 312 para a decretação da medida extrema. Ressalta, ademais, que a quantidade de droga apreendida é relativamente pequena, não podendo servir de fundamento para a manutenção da prisão.

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta, ainda, que houve violação do domicílio do Paciente por parte dos policiais, o que gera a nulidade de todos os atos subsequentes da prisão em flagrante, bem como que há uma contradição evidenciada nos autos em relação aos depoimentos dos Acusados e dos militares, o que demonstra que a segregação se deu em total desconformidade com a lei (fl. 26).

Assevera, ademais, a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão dispostas no art. 319 do Código de Processo Penal, especialmente em razão das condições pessoais do Paciente (fl. 26).

Pleiteia, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 199-202).

As informações foram prestadas às fls. 207-212 e 216-219.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 221-227, pela concessão da ordem de *habeas corpus*.

É o relatório.

Decido.

Em consulta ao *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (www.tjce.jus.br), constatei que o Juízo de primeira instância, em 02/09/2019, proferiu sentença nos autos do Processo n.º 0002597-61.2019.8.06.0121, em que absolveu o Paciente "*da imputação alusiva ao crimes tipificados nos artigos 33 e 35 da lei 11.343/06*" e, conseqüentemente, determinou a expedição de alvará de soltura.

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual na concessão da ordem.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora